

EDUCAÇÃO ESPECIAL, O FINANCIAMENTO PÚBLICO COMO GARANTIA DE DIREITOS.

Alberto Lopes dos S. Freitas - UFPE

alberto.santos@ufpe.br

Paulo Bruno José Ferreira de Brito – UFPE

paulo.fbrito@ufpe.br

1-INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem o objetivo de apresentar um levantamento das produções acadêmicas sobre o financiamento da educação especial, considerando a necessidade de defesa do dinheiro público na/para a escola pública brasileira, este, foi realizado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação-Anped, GT.15/Educação Especial, período de 2008-31ª reunião a 2021-40º reunião, e, na Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação – FINEDUCA, eixo: Política de financiamento da Educação Básica, 2017 a 2021.

A pesquisa é de viés qualitativo, a estratégia de pesquisa é documental e a análise dos dados é realizada através da análise de conteúdo (Bardin, 2006).

2-REFLEXÕES EM TORNO DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO PÚBLICA.

A qualidade social na/da educação tem lastro na CF/1988, esta traz exigências a serem observadas, o Art. 212 restringe a impostos, 18%, no mínimo, de responsabilidade da União, 25% dos estados, Distrito Federal e municípios, devendo ser destinados à educação. (Dourado, Marques e Silva, 2021, p.647).

O tema da qualidade da/na educação está consolidado na CF/1988 como princípio (Art. 206- VII); tendo previsão na LDB/1996 (Art. 4º- IX) tratando o tema como direito do aluno e dever do Estado.

A oferta de educação com qualidade tem sido fortemente prejudicada, uma vez que, os diversos recursos, quando somados ao financiamento da educação no Brasil, totalizam, apenas, 5%, o equivalente à metade prevista no PNE para 2024, Fernandes e Bassi (2021).

3-FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: MAPEAMENTO E BREVES CONSIDERAÇÕES.

O mapeamento opta por apresentar os autores, região, objetivos e principais achados. Na Anped, identificamos um único trabalho na região Sudeste, em relação à FINEDUCA, 13 trabalhos, 5 na região Norte, 7 na Sudeste e 01 na Sul.

O trabalho da Anped é de 2015/37ª reunião, neste, França (2015) “ analisa a ação do Poder Público no provimento de recursos financeiros à educação especial na gestão do município de Vitória, no estado do Espírito Santo”, concluiu que há uma impossibilidade de ter-se os reais valores destinados à educação especial no município de Vitória, de modo que o controle social tem sido prejudicado.

O levantamento junto à FINEDUCA, região Sudeste, França et al.(2020), fez a análise dos manuais de orientação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) (2019-2020), do Sistema Integrado sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope/2018) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb/2008), no que se relaciona as despesas com a modalidade educação especial. Concluindo que, havia ausência de dados no relatório de execuções orçamentárias, da educação especial, fruto da orientação da STN.

Lievore e Melo (2021), Sudeste, trazem a discussão em torno do custo aluno qualidade-CAQ, “ para estudantes com deficiência visual”. Conclui que educação de qualidade é direito de todos, e que para atender as diversas especificidades do PAEE, faz-se necessário professores com formação específica.

Castro e Prieto (2019), Sudeste, objetivou “ explorar os caminhos percorridos para a pesquisa sobre o financiamento da educação especial no município de Campinas-SP”, compreendendo que havia uma dispersão nos dados referentes a esta modalidade de ensino no âmbito da Secretaria municipal de educação.

Almeida et al. (2019) assim como França e Prieto (2017), Sudeste, focaram seus estudos nos gestores escolares, buscando apreender como estes se relacionam com a temática do financiamento da educação especial.

Portal (2018) e Portal (2019), Norte, analisou a evolução da legislação brasileira referente às políticas de financiamento da educação especial e suas perspectivas e desafios inerentes ao município de Belém, na sequência fez a análise desta política no mesmo

município, observando documentos institucionais e estatísticas produzidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Pereira e Ribeiro (2018), Norte, trazem um debate sobre a política pública de financiamento da educação especial no município de Marabá/PA. Estes autores dizem, ser necessário superar a ilusão de que, apenas, as matrículas sejam garantia de inclusão escolar, fazendo coro com Pereira (2019), Norte, que traz a discussão sobre o financiamento do Programa Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais, defende que o dinheiro público seja direcionado às instituições públicas, em detrimento das privadas.

Outro autor que problematiza o financiamento de Programas é Ricomini et al. (2018), Sudeste, focou no Programa Escola Acessível e Básico no âmbito das políticas de fomento à constituição de sistemas educacionais inclusivos. Concluindo que haviam transferências financeiras às instituições de educação especial, não públicas, em prejuízo da PNEEPEI.

Santos et al. (2019), Sudeste, lançou vistas sobre o Programa Estadual Dinheiro Direto na Escola (PEDDE) do estado do Espírito Santo, pesquisou os membros dos Conselhos escolares e suas percepções sobre os recursos financeiros destinados à educação especial.

Portal (2021), Norte, “ analisa o contexto histórico da educação especial no Brasil, observando os governos de José Sarney (1985-1990) a Bolsonaro (2019- 2022)”. Dentre várias reflexões que são feitas, nos períodos pesquisados, nos chama a atenção, a implementação no governo Lula do Fundeb (2007).

4- CONCLUSÕES

Neste trabalho observou-se que há um movimento no campo de se investigar diversos aspectos do financiamento. A FINEDUCA com uma produção mais latente e a ANPED com baixa incidência. A garantia do direito à educação de qualidade está atrelada às conquistas no campo do financiamento, Fernandes e Bassi (2021).

5- REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mariangela Lima de; MELO, Douglas Christian Ferrari de; FRANÇA, Marileide Gonçalves.- **O Financiamento Educacional no Espírito Santo: o que dizem os gestores de educação especial?** Anais – VII Encontro Anual da FINEDUCA (2019).

BARDIN, L. . **Análise de conteúdo/** Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro- SP: edições 70, 2011.

CASTRO, Vanessa Dias Bueno de; PRIETO, Rosângela Gavioli.-**Educação Especial: pesquisa em financiamento.** Anais – VII Encontro Anual da FINEDUCA (2019).

DOURADO, Luiz Fernando, MARQUES, Luciana Rosa, SILVA, Maria Vieira, **Fundeb e os desafios para a garantia do direito à educação básica.** pp. 645-660 Disponível em< <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1322>> Acesso em: 13/09/23

FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola; BASSI, Marcos Edgar.- **A disputa pela construção do Custo Aluno.** pp.733-750 Disponível em< <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1322>> Acesso em: 13/09/23

FRANÇA, Marileide Gonçalves; PRIETO, Rosângela Gavioli- **A Invisibilidade da Educação Especial nos demonstrativos de despesas da educação no município de Vitória: o que dizem os gestores?** Anais FINEDUCA – Eixo: Políticas de financiamento da educação básica e superior (2017), (pp, 01-06).

FRANÇA, Marileide Gonçalves; PRIETO, Rosângela Gavioli; CASTRO, Vanessa Dias Bueno de; SOUZA, Marcia Maurilio. **Os Manuais Orientadores da Contabilidade Pública e a Invisibilidade da Modalidade Educação Especial.** Anais – VIII Encontro Anual da FINEDUCA (2020), (pp,92).

LIEVORE, Patrícia Teixeira Moschen; MELO, Douglas Christian Ferrari de. **Financiamento da Educação e Deficiência Visual: refletindo sobre o CAQ.** Anais – IX Encontro Anual da FINEDUCA (2021), (pp, 50-53).

PEREIRA, Mirian Rosa; RIBEIRO, Maria Edilene S. **Os Recursos Financeiros Destinados para Educação Especial: caso de Marabá/PA.** Anais – VI Encontro Anual da FINEDUCA (2018).

PEREIRA, Mirian Rosa.- **Escolarização dos Alunos com Deficiência e o Apoio da União: qual o investimento em Marabá/PA?** Anais – VII Encontro Anual da FINEDUCA (2019).

PORTAL, Suzy Mara da Silva.- **Análise Preliminar da Educação Especial: um estudo realizado no município de Belém do Pará.** Anais – VII Encontro Anual da FINEDUCA (2019).

PORTAL, Suzy Mara da Silva.- **As Políticas de Financiamento da Educação Especial: análise das perspectivas e desafios do município de Belém do Pará.** Anais – VI Encontro Anual da FINEDUCA (2018).

PORTAL, Suzy Mara da Silva.- **As Políticas de Educação Especial no Brasil - Do Governo de José Sarney (1985) até o Atual Governo de Bolsonaro: historicidade e reflexões.** Anais – IX Encontro Anual da FINEDUCA (2021).

RICOMINI, Ingrid da Silva ; PRIETO, Rosângela Gavioli ; SOUZA, Marcia Maurilio.- **Programa Dinheiro Direto na Escola - Escola Acessível e Básico: impactos na educação especial paulistana.** Anais – VI Encontro Anual da FINEDUCA (2018).

SANTOS, Flávio Lopes dos; MILANEZI, Tamille Correia de Miranda; BAZILATTO, Alexandre; BRAHIM, Cybele Barbosa. **Programa Estadual Dinheiro Direto na Escola em Contexto Espírito-santense-BRA.** Anais – VII Encontro Anual da FINEDUCA (2019).